



Bruxelas, 11 de Dezembro de 2008
S407/08

Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança
– Garantir a Segurança num Mundo em Mudança –

Síntese

Cinco anos passados desde a adopção da Estratégia Europeia de Segurança, a União Europeia acarreta hoje maiores responsabilidades do que em qualquer outro momento da sua história.

A União Europeia continua a ser um pólo de estabilidade. Graças ao alargamento, a democracia e a prosperidade estendem-se a todo o continente. Nos Balcãs assiste-se a mudanças muito positivas. A política de vizinhança que praticamos criou um quadro robusto em que se inserem as relações com os nossos parceiros a Sul e a Leste, e que assume agora na União para o Mediterrâneo e na Parceria Oriental uma nova dimensão. Desde 2003, a UE exerce uma influência crescente na resolução de crises e conflitos em países como o Afeganistão ou Geórgia.

Porém, vinte anos após o fim da Guerra Fria, a Europa depara-se com perigos e problemas de crescente complexidade.

Prosseguem os conflitos no Médio Oriente e noutras regiões do mundo, enquanto que outros deflagram mesmo às nossas portas. A degenerescência de alguns Estados põe em causa a nossa segurança, ao alimentar a criminalidade, a imigração ilegal e, mais recentemente, a pirataria. A ameaça do terrorismo e da criminalidade organizada adquiriu uma nova dimensão que se faz sentir dentro das nossas próprias sociedades. O programa nuclear iraniano registou um avanço significativo, representando assim um perigo para a estabilidade na região e para todo o sistema de não-proliferação.

A globalização abriu novas oportunidades. Milhões de pessoas foram arrancadas à pobreza graças aos elevados níveis de crescimento registados nos países em desenvolvimento, com a China numa posição de liderança. Mas a globalização veio também colocar ameaças mais complexas e com ligações entre si. As grandes artérias da nossa sociedade – como os sistemas de informação e o abastecimento de energia – tornaram-se mais vulneráveis. O aquecimento global e a degradação do ambiente estão a mudar a face do planeta. Além disso, a globalização está a acelerar mudanças nas estruturas de poder e a revelar a existência de diferenças de valores. As economias desenvolvidas foram abaladas pela recente turbulência financeira, como o foram também as economias em desenvolvimento.

Porém a Europa não deixará de se erguer à altura destes novos desafios, como sempre fez no passado.

Dispondo de uma gama singular de instrumentos a que pode recorrer, a UE contribui já para que o mundo seja mais seguro. Temos contribuído para criar a segurança humana, reduzindo os níveis de pobreza e as desigualdades, promovendo a boa governação e os direitos humanos, prestando ajuda ao desenvolvimento e atacando as causas profundas dos conflitos e da insegurança. A UE continua a ser o maior doador dos países necessitados e é imprescindível assumir compromissos a longo na perspectiva de uma estabilização duradoura.

No espaço da última década, a Política Europeia de Segurança e Defesa, que é parte integrante da nossa Política Externa e de Segurança Comum, tem vindo a adquirir experiência e capacidade, tendo sido destacadas mais de vinte missões em resposta à eclosão de crises, que vão desde a consolidação da paz na sequência do tsunami no Achém até à protecção dos refugiados no Chade.

O êxito desta actuação é o resultado de uma política externa e de segurança que a Europa aborda de maneira distinta. Não há, no entanto, motivo para complacências. Para que possamos garantir a nossa segurança e corresponder às expectativas dos nossos cidadãos, temos de estar prontos a sermos nós a moldar os acontecimentos. Significa isto que temos de ser mais estratégicos na nossa maneira de pensar e mais eficazes e visíveis no mundo. É quando operamos com oportunidade e coerência, contando com as necessárias capacidades e com o apoio da opinião pública que alcançamos os maiores sucessos.

As soluções duradouras para qualquer conflito são aquelas que agregam todos os intervenientes regionais com um interesse comum na paz. Os governos soberanos têm de assumir a responsabilidade pelas consequências dos seus actos e têm a responsabilidade comum de proteger as populações do genocídio, dos crimes de guerra, dos actos de limpeza étnica e dos crimes contra a humanidade.

Importa que os países respeitem os princípios fundamentais da Carta da ONU e os princípios e compromissos da OSCE. Não pode restar dúvida de que o respeito pela soberania, independência e integridade territorial dos Estados e a resolução pacífica dos diferendos não estão abertos à negociação. Não se pode permitir que seja a força das armas ou a ameaça do seu uso a resolver problemas territoriais – seja onde for.

A nível mundial, a Europa deve conduzir um processo de renovação da ordem multilateral. As Nações Unidas ocupam a posição cimeira do sistema internacional. Tudo o que a UE tem feito no domínio da segurança tem estado associado aos objectivos da ONU. Estamos hoje perante uma oportunidade única de renovar o multilateralismo, em colaboração com os Estados Unidos e com os nossos parceiros em todo o mundo. Para a Europa, a parceria atlântica constitui um alicerce feito da partilha da história e das responsabilidades, que conserva o seu carácter insubstituível. A UE e a OTAN têm de aprofundar a sua parceria estratégica, em benefício de uma melhor cooperação na gestão de crises.

A UE registou substanciais progressos nos últimos cinco anos. Somos hoje reconhecidos pelo nosso importante contributo para um mundo melhor. Porém, apesar de tudo o que se conseguiu, a execução da Estratégia Europeia de Segurança é uma obra inacabada. Para que se desenvolvam todas as nossas potencialidades, precisamos de ainda *mais capacidade, mais coerência e mais acção*.

Introdução

A Estratégia Europeia de Segurança (a Estratégia) foi aprovada pelo Conselho Europeu em Dezembro de 2003. Pela primeira vez foram estabelecidos princípios e definidos objectivos claros para promover os interesses da UE em matéria de segurança, com base nos nossos valores fundamentais. A sua abordagem é global e mantém toda a sua relevância.

O presente relatório não pretende substituir a Estratégia, mas sim reforçá-la. Constitui uma oportunidade para analisar o seu funcionamento na prática e os meios de melhorar a sua execução.

I. DESAFIOS GLOBAIS E PRINCIPAIS AMEAÇAS

A Estratégia identificou uma série de ameaças e desafios que punham em causa os nossos interesses em matéria de segurança. Cinco anos depois, eles mantêm-se: alguns tornaram-se mais agudos, todos eles se tornaram mais complexos.

Proliferação de Armas de Destruição Maciça

A proliferação por que são responsáveis tanto os Estados como os terroristas foi reconhecida na Estratégia como sendo "potencialmente a maior ameaça à nossa segurança". Este risco intensificou-se nos últimos cinco anos, colocando sob pressão o quadro multilateral existente. Enquanto, por um lado, a Líbia desmantelou o seu programa de ADM, o Irão, mas também a Coreia do Norte, continuam, por outro, a não ter a confiança da comunidade internacional. O regresso à exploração civil da energia nuclear a que provavelmente se assistirá nas próximas décadas põe também problemas ao sistema de não-proliferação, se não for acompanhado pelas devidas salvaguardas.

A UE tem tido uma actividade intensa nos fóruns multilaterais, com base na Estratégia ADM adoptada em 2003, e tem estado à frente dos esforços internacionais desenvolvidos para resolver a questão do programa nuclear iraniano. A Estratégia ADM dá especial destaque à prevenção, recorrendo ao quadro da ONU e aos acordos multilaterais, agindo como um dos principais doadores e colaborando com países terceiros e organizações regionais no sentido de reforçar as suas capacidades e impedir a proliferação.

Deveremos prosseguir com esta abordagem, acompanhada de uma acção a nível político e financeiro. É fundamental que se obtenha um resultado positivo na Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação, em 2010, a fim, nomeadamente, de reforçar o regime de não-proliferação. Tentaremos que, de uma forma equilibrada, eficaz e concreta, esta conferência estude a maneira de intensificar os esforços desenvolvidos a nível internacional contra a proliferação, dar continuidade ao processo de desarmamento e garantir o desenvolvimento responsável das utilizações pacíficas da energia nuclear por parte dos países que o desejem fazer.

É também necessário realizar um maior esforço em determinados domínios específicos, nomeadamente: o apoio da UE à abordagem multilateral do ciclo do combustível nuclear, o combate ao financiamento da proliferação, as medidas em matéria de bio-segurança e bio-protecção, a contenção da proliferação de vectores, nomeadamente misseis balísticos. Deverão iniciar-se negociações a respeito de um tratado multilateral para a proibição da produção de material cindível destinado a armas nucleares.

Terrorismo e Criminalidade Organizada

O terrorismo, na Europa como em todo o mundo, continua a ser uma das maiores ameaças à nossa subsistência. Em Madrid e Londres ocorreram atentados, enquanto outros se evitaram, e assiste-se cada vez mais ao papel destacado que os grupos endógenos desempenham dentro das fronteiras do nosso próprio continente. A criminalidade organizada continua a ameaçar as nossas sociedades pela prática do tráfico de droga, de seres humanos e de armas, para além da fraude internacional e do branqueamento de capitais.

Desde 2003, a UE registou progressos na abordagem de ambos os problemas, através de medidas suplementares tomadas no interior da União, ao abrigo do Programa da Haia de 2004 e de uma nova Estratégia para a Dimensão Externa da Justiça e dos Assuntos Internos, adoptada em 2005. Ambos vieram facilitar a realização de investigações além fronteiras e a coordenação dos procedimentos penais. A Estratégia Antiterrorista da União Europeia, também de 2005, assenta na observância dos direitos humanos e do direito internacional. Esta estratégia segue uma abordagem em quatro vertentes: prevenção da radicalização e do recrutamento, bem como dos factores que lhes estão subjacentes; protecção de potenciais alvos; perseguição dos terroristas; e reacção a atentados e suas consequências. Embora as medidas tomadas a nível nacional sejam essenciais, a nomeação de um coordenador da luta antiterrorista representou um importante avanço ao nível europeu.

Dentro das nossas fronteiras, muito foi feito para proteger as nossas sociedades do terrorismo. Deveremos aperfeiçoar as modalidades de coordenação para reagir a um incidente terrorista de grande dimensão, em especial em que sejam utilizados produtos químicos, radiológicos, nucleares e de bioterrorismo, com base em dispositivos como o Mecanismo para a Coordenação de Situações de Crise e o Mecanismo de Protecção Civil. É necessário realizar um maior trabalho sobre o financiamento do terrorismo, que deverá ser acompanhado por uma política europeia efectiva e global em matéria de partilha de informações, tendo sempre devidamente em conta a protecção dos dados pessoais.

É também necessário fazer mais do que até aqui para combater a radicalização e o recrutamento, atacando a ideologia extremista e a discriminação. Cabe também um papel importante ao diálogo intercultural, através de canais como a Aliança das Civilizações.

Em matéria de criminalidade organizada, deverão ser aprofundadas as parcerias já existentes com países vizinhos, para além das que nos ligam aos nossos principais parceiros, bem como as constituídas no âmbito da ONU, para tratar as questões da circulação de pessoas, do policiamento e da cooperação judiciária. É essencial a implementação dos instrumentos da ONU em matéria de criminalidade. Deveremos reforçar a parceria que mantemos com os Estados Unidos para o combate ao terrorismo, nomeadamente nos domínios da partilha e protecção de dados. Além disso, deveríamos reforçar as capacidades dos nossos parceiros no Sul da Ásia, em África e a Sul das nossas fronteiras. A UE deveria apoiar os esforços envidados a nível multilateral, principalmente no âmbito da ONU.

É preciso aperfeiçoar a forma como conciliamos as dimensões interna e externa. Importa igualmente melhorar a coordenação e aumentar a transparência e a flexibilidade em diferentes agências, tanto a nível nacional como europeu. Essa necessidade fora já identificada na Estratégia, há cinco anos. Os progressos têm sido lentos e incompletos.

Ciber-segurança

As economias modernas são largamente dependentes de infra-estruturas críticas, nomeadamente de transportes, de comunicações e de fornecimento de energia, mas também da Internet. A Estratégia da UE para uma Sociedade da Informação Segura, adoptada em 2006, visa combater a cibercriminalidade. No entanto, os atentados contra sistemas informáticos tanto privados como governamentais que ocorreram nos Estados-Membros, vieram conferir a este tipo de criminalidade uma nova dimensão, revelando o seu potencial como nova arma económica, política e militar.

É necessário um maior esforço neste domínio, com vista a uma abordagem global europeia, a uma maior sensibilização e ao reforço da cooperação internacional.

Segurança energética

Nos últimos cinco anos, a dependência energética tem-se tornado cada vez mais motivo de preocupação. O declínio da produção europeia implica que, até 2030, quase 75% do petróleo e do gás que consumimos terá de ser importado. Essas importações serão provenientes de um reduzido número de países cuja estabilidade, em numerosos casos, se encontra ameaçada. Estamos pois perante, uma série de desafios ao nível da segurança que exigem que todos os Estados-Membros assumam responsabilidade e sejam solidários.

A nossa resposta a estes problemas terá de passar por uma política europeia da energia que concilie as dimensões externa e interna. O relatório conjunto do Alto Representante e da Comissão, apresentado em Junho de 2006, definia os seus principais elementos. Precisamos, no interior da Europa, de um mercado energético mais unificado, que apresente um nível superior de interligação, em que se preste particular atenção aos países mais isolados e em que estejam previstos mecanismos destinados a resolver qualquer ruptura temporário do abastecimento.

A maior diversificação dos combustíveis, das fontes de abastecimento e das rotas de trânsito é tão essencial como a boa governação, o respeito pelo Estado de direito e o investimento nos países de origem. A política seguida pela UE apoia estes objectivos através do empenhamento na Ásia Central, no Cáucaso e em África, mas também através da Parceria Oriental e da União para o Mediterrâneo. A energia é um dos factores determinantes das relações UE-Rússia. A nossa política deverá visar as rotas de trânsito, nomeadamente através da Turquia e da Ucrânia. Em colaboração com os nossos parceiros, incluindo a China, a Índia, o Japão e os Estados Unidos, deveremos promover as energias renováveis, as tecnologias de baixas emissões de carbono e a eficiência energética, bem como a transparência de mercados bem regulados.

Alterações climáticas

Em 2003, a Estratégia identificava já a implicações das alterações climáticas para a segurança. Cinco anos depois, o problema adquiriu uma nova urgência. Em Março de 2008, o Alto Representante e a Comissão apresentaram ao Conselho Europeu um relatório que descrevia as alterações climáticas como um "multiplicador de ameaças". As catástrofes naturais, a degradação do ambiente e a concorrência em torno dos recursos vêm exacerbar os conflitos, especialmente em situações de pobreza e crescimento populacional, com consequências ao nível humanitário, sanitário, político e da segurança, nomeadamente o aumento dos fluxos migratórios. As alterações climáticas podem também despoletar conflitos a propósito de rotas comerciais, zonas marítimas e recursos anteriormente inacessíveis.

Reforçámos as nossas capacidades de prevenção de conflitos e de gestão de crises, mas é necessário fazê-lo também no que toca à capacidade de análise e de alerta rápido. Trata-se de uma tarefa que a UE não pode enfrentar sozinha. Precisamos de intensificar a colaboração com os países que maior risco correm, reforçando a sua capacidade para fazer face ao problema. A cooperação internacional, com a ONU e as organizações regionais, revestir-se-á de um carácter essencial.

II. CRIAR ESTABILIDADE NA EUROPA E PARA ALÉM DAS SUAS FRONTEIRAS

No nosso continente, o alargamento continua a representar um potente motor da estabilidade, da paz e dos processos de reforma.

Com a Turquia, as negociações tiveram início em 2005, tendo desde então sido abertos vários capítulos. Nos Balcãs Ocidentais, têm-se registado progressos constantes, embora a um ritmo lento. As negociações de adesão com a Croácia acham-se já numa fase adiantada. À antiga República jugoslava da Macedónia foi reconhecido o estatuto de país candidato. Foram também assinados acordos de estabilização e de associação com os demais países dos Balcãs Ocidentais. A Sérvia preenche já quase todas as condições necessárias para passar a uma fase de aprofundamento das suas relações com a União Europeia. A UE continua a desempenhar um papel de liderança na Bósnia e Herzegovina, mas, apesar dos progressos registados, os dirigentes políticos locais têm de fazer um maior esforço para ultrapassar o bloqueio das reformas.

Estamos a proceder no Kosovo ao destacamento da EULEX, a maior missão civil do âmbito da PESD até hoje e continuaremos a prestar um apoio económico substancial. Em toda a região, a cooperação e as relações de boa vizinhança são indispensáveis.

É do nosso interesse que os países situados junto às nossas fronteiras sejam bem governados. Este processo é apoiado pela Política Europeia de Vizinhança (PEV), lançada em 2004. A Leste, são abrangidos todos os países, com excepção da Bielorrússia, com quem estamos a dar os primeiros passos nesse sentido.

Com a Ucrânia, fomos mais longe, estando prestes a ser ultimado um acordo de associação de maior alcance. Serão brevemente lançadas negociações com a República da Moldávia a respeito de um acordo semelhante. Em complemento das políticas bilaterais da UE numa região que se reveste de particular importância para a Europa, foi lançada a estratégia regional "Sinergia do Mar Negro".

Os chamados "conflitos latentes" junto às nossas fronteiras orientais vieram recentemente suscitar novas preocupações. A situação na Geórgia, no que se refere à Abcásia e à Ossécia do Sul, agravou-se, tendo dado origem a um conflito armado entre a Rússia e a Geórgia em Agosto de 2008. A UE liderou a reacção internacional, através da mediação entre as partes, da prestação de ajuda humanitária, de uma missão civil de observação e de um substancial apoio financeiro. A UE manterá o seu empenhamento, liderando o Processo de Genebra. A possibilidade de se alcançar uma solução para o conflito na Transnístria ganhou alguma dinâmica com a participação da UE nas negociações 5+2 e a Missão de Assistência Fronteiriça que destacou.

O Mediterrâneo, que se reveste de primordial importância e encerra grandes oportunidades para a UE, é ainda uma região que coloca problemas complexos, como a insuficiência das reformas políticas e a migração ilegal. A UE e vários dos seus parceiros mediterrânicos, nomeadamente Israel e Marrocos, estão a trabalhar no sentido de aprofundar as suas relações bilaterais. A PEV veio reforçar os processos de reforma originalmente iniciados no quadro do processo de Barcelona, em 1995, mas os conflitos regionais, a par do crescente radicalismo, continuam a gerar instabilidade.

A UE tem tido um papel fulcral no esforço desenvolvido para chegar a uma solução no Médio Oriente, nomeadamente pela sua actuação no Quarteto e pela forma como tem cooperado com Israel e a Autoridade Palestiniana, com a Liga Árabe e com outros parceiros regionais. A UE está plenamente empenhada no Processo de Anápolis orientado para uma solução fundada na coexistência de dois Estados, prestando um apoio financeiro e orçamental sustentado à Autoridade Palestiniana e ajudando à criação de capacidades, nomeadamente através do destacamento de peritos em matéria judicial, de policiamento e de gestão de fronteiras para o terreno. No Líbano, o contributo dos Estados-Membros constitui a espinha dorsal da missão de manutenção da paz da UNIFIL. No caso do Iraque, a UE apoiou o processo político, a reconstrução e o Estado de direito, nomeadamente através da Missão EUJUST LEX.

Desde 2003 que o Irão é motivo de uma preocupação crescente. O programa nuclear iraniano foi alvo de sucessivas resoluções do Conselho de Segurança da ONU e da AIEA. O desenvolvimento de uma capacidade militar nuclear constituiria uma ameaça inaceitável para a segurança da União Europeia. A UE adoptou uma abordagem dupla, que alia o diálogo a uma pressão crescente e que é partilhada pelos Estados Unidos, a China e a Rússia. O Alto Representante apresentou uma proposta ampla para que o Irão se reintegre na comunidade internacional e reconquiste a sua confiança. Se, porém, o programa nuclear avançar, tornar-se-á mais premente a necessidade de tomar novas medidas de apoio ao processo da ONU. Simultaneamente, é necessário que a UE colabore com os países da região, nomeadamente os Estados do Golfo, para estabelecer a segurança na zona.

A Estratégia reconhece que os interesses da Europa em matéria de segurança vão além da sua vizinhança imediata. Neste contexto, o Afeganistão suscita uma preocupação muito particular, tendo a UE assumido um compromisso de longo prazo no sentido de assegurar a estabilidade. Os Estados-Membros prestam um contributo importante para a missão da OTAN e a União está empenhada no país no plano da governação e do desenvolvimento a todos os níveis. Além disso, a Missão de Polícia da UE foi alargada. Porém, estes esforços não surtirão efeito se o Afeganistão não se apropriar plenamente do processo e se não houver apoio dos países vizinhos, em particular do Paquistão, mas também da Índia, dos países da Ásia Central e do Irão. De facto, um dos elementos positivos da balança estratégica neste contexto têm sido as melhores perspectivas de boas relações que nos últimos anos se abriram entre a Índia e o Paquistão.

Nexo entre segurança e desenvolvimento

A Estratégia Europeia de Segurança e o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento de 2005 reconheceram que não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz nem segurança, e que sem desenvolvimento e erradicação da pobreza a paz não será duradoura. O desenvolvimento é ainda travado por problemas de saúde pública, em especial as pandemias. A questão dos direitos humanos constitui um elemento fundamental desta problemática. Em muitas zonas assoladas por conflitos ou em fase de recuperação pós-conflito, é imperioso combater a assustadora violência sexual a que se recorre como arma de intimidação e terror. Assume a maior importância a aplicação efectiva da Resolução do CSNU 1820 sobre a violência sexual em situações de conflito armado.

É frequente os conflitos estarem associados à fragilidade dos Estados. Países como a Somália acham-se presos num ciclo vicioso de fragilidade de governação e conflito recorrente. Procurámos quebrar esse ciclo, tanto por meio da ajuda ao desenvolvimento como de medidas destinadas a reforçar a segurança. A reforma do sector da segurança e as acções de desarmamento, desmobilização e reintegração são elementos essenciais da estabilização e da reconstrução após um conflito e constituíram os elementos fundamentais das missões que destacámos para a Guiné-Bissau e para a República Democrática do Congo. Esse esforço surte os melhores resultados quando é desenvolvido em parceria com a comunidade internacional e as partes interessadas a nível local.

A exploração feroz dos recursos naturais é muitas vezes o que está na base dos conflitos. Os recursos hídricos e as matérias-primas estão na origem de tensões crescentes que requerem soluções multilaterais. O Processo de Kimberley e a iniciativa para a transparência das indústrias extractivas fornecem um modelo inovador para resolver este problema.

Pirataria

A Estratégia destaca a pirataria como uma nova dimensão da criminalidade organizada. Mas a pirataria é também o resultado da degenerescência do Estado. A economia mundial depende fortemente das rotas marítimas, pela quais se efectua 90% do comércio. Os actos de pirataria no Oceano Índico e no Golfo de Adém vieram agudizar este problema nos últimos meses e prejudicaram o fornecimento de ajuda humanitária à Somália. A UE reagiu, nomeadamente por meio da Missão ATALANTA, a nossa primeira missão marítima do âmbito da PESD, a fim de impedir a prática da pirataria ao largo da costa somali, em colaboração com os países afectados e com outros intervenientes internacionais, nomeadamente a OTAN.

Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (ALPC), munições de fragmentação e minas antipessoal

Em 2005, o Conselho Europeu adoptou a Estratégia Europeia de luta contra a acumulação ilícita e o tráfico de armas ligeiras e de pequeno calibre (ALPC) e respectivas munições. No contexto da execução dessa estratégia, a UE apoia o programa de acção da ONU neste domínio e continuará a desenvolver actividades de combate à ameaça que as ALPC ilícitas representam.

A UE apoia com determinação a ideia de um tratado internacional sobre o comércio de armas e decidiu apoiar o processo que deverá conduzir à sua celebração. A UE é também um dos mais importantes doadores no contexto da luta contra as minas, tendo desempenhado um papel activo de apoio e promoção da Convenção de Ottawa sobre as Minas Antipessoal em todo o mundo. A Convenção de Oslo sobre as munições de fragmentação, aprovada em Dublin em Maio de 2008, constitui um avanço significativo no plano da reacção aos problemas humanitários provocados por este tipo de munições, que suscitam a maior preocupação de todos os Estados-Membros. A aprovação de um protocolo sobre este tipo de munições, a adoptar no quadro das Nações Unidas, associando todas as grandes potências militares seria um importante passo em frente.

III. A EUROPA NUM MUNDO EM MUDANÇA

Para responder às mutações do clima de segurança, temos de ser mais eficazes – entre nós, na nossa vizinhança e em todo o mundo.

A. Uma Europa mais efectiva e mais capaz

A nossa capacidade para fazer face aos desafios tem evoluído ao longo dos últimos cinco anos, e deve continuar a progredir. Temos de reforçar a nossa própria coerência graças a uma melhor coordenação institucional e a um processo decisório mais estratégico. As disposições do Tratado de Lisboa facultam um quadro que permitirá atingir este objectivo.

A nossa abordagem terá de centrar-se na forma de evitar, a tempo, que as ameaças se transformem em fontes de conflito. Para o conseguir são essenciais as medidas de consolidação da paz e de redução da pobreza a longo prazo. Cada situação exige uma utilização coerente dos nossos instrumentos, designadamente políticos, diplomáticos, de desenvolvimento, humanitários, de resposta a crises, de cooperação económica e comercial, e de gestão civil e militar de crises. Precisamos também de ampliar as nossas capacidades de diálogo e mediação. Os representantes especiais da União Europeia concentram a influência da UE nas diversas regiões de conflito. A sociedade civil e as ONG têm um papel fulcral a desempenhar enquanto intervenientes e parceiros. As nossas missões de observação eleitoral, chefiadas por deputados do Parlamento Europeu, dão igualmente um importante contributo neste contexto.

A crescente procura da nossa assistência comprova o êxito da PESD como parte integrante da Política Externa e de Segurança Comum da UE. A nossa missão na Geórgia veio demonstrar tudo o que se consegue quando empreendemos uma acção colectiva e animada da vontade política necessária. Mas, quanto mais complexos forem os desafios que enfrentamos, mais flexíveis temos de ser. Precisamos de estabelecer prioridades para os nossos compromissos, de acordo com os recursos. O desenvolvimento de agrupamentos tácticos e de equipas de intervenção civil veio reforçar a nossa capacidade de resposta rápida.

É essencial que se disponha de estruturas de comando adequadas e eficazes e de capacidades a nível de quartel-general. Há que reforçar a nossa aptidão para articular os conhecimentos especializados do domínio militar com os do domínio civil, desde a concepção até à execução das missões, passando pela fase de planeamento. Estamos agora a desenvolver este aspecto da PESD mediante a implantação de estruturas administrativas, mecanismos financeiros e sistemas apropriados. Além disso, é possível melhorar a formação, com o apoio da Academia Europeia de Segurança e Defesa e graças ao novo sistema de intercâmbio de jovens oficiais, inspirado no programa Erasmus.

Devemos continuar a integrar as questões de direitos humanos em todas as actividades nesta área, incluindo as missões da PESD, adoptando uma abordagem baseada nas pessoas e coerente com o conceito de segurança humana. A UE reconheceu o papel das mulheres na consolidação da paz. Assume a maior importância, neste contexto, a aplicação efectiva da Resolução 1325 do CSNU sobre Mulheres, Paz e Segurança, e da Resolução 1612 do CSNU sobre Crianças e Conflitos Armados.

Para levar a cabo missões civis, devemos ter capacidade para reunir pessoal treinado, com aptidões e conhecimentos variados, projectá-lo com a máxima brevidade e mantê-lo no terreno durante períodos longos. Impõe-se-nos a total interoperabilidade dos contingentes nacionais. Como forma de contribuir para este objectivo, os Estados-Membros comprometeram-se a traçar estratégias nacionais no sentido de disponibilizar peritos e prever mais possibilidades de destacar pessoal de apoio (orçamentos, aquisições, etc.) a missões. Para que as missões possam ser projectadas em tempo útil é necessária mais eficácia nos métodos de disponibilização e aquisição dos equipamentos.

No que toca às missões militares, devemos continuar a intensificar os nossos esforços em matéria de capacidades, de colaboração mútua e de partilha de encargos. A experiência veio mostrar que é preciso avançar mais, sobretudo no que respeita a capacidades-chave como o transporte aéreo estratégico, os helicópteros, os equipamentos espaciais e a vigilância marítima (conforme se expõe com mais pormenor na Declaração sobre o Reforço de Capacidades). Estes esforços devem ser apoiados por uma indústria de defesa forte e competitiva em toda a Europa, com mais investimento na investigação e desenvolvimento. A Agência Europeia de Defesa tem liderado com êxito este processo, desde 2004, e assim deve continuar.

B. Um maior empenhamento em relação aos nossos vizinhos

A PEV veio fortalecer as relações bilaterais individuais com a UE. Este processo deverá agora edificar a integração regional.

A União para o Mediterrâneo, lançada em Julho de 2008, imprimiu um impulso político renovado para levar por diante este objectivo com os nossos parceiros do Sul, graças a uma vasta agenda consagrada a áreas como a segurança marítima, a energia, a água e as migrações. Será dado neste contexto um lugar importante à forma de fazer face a ameaças à segurança, tais como o terrorismo.

A Parceria Oriental prevê uma mudança significativa nas relações com os nossos vizinhos orientais sob a forma de um reforço das relações políticas, económicas e comerciais. O objectivo é reforçar a prosperidade desses países, e do mesmo passo a segurança da UE. As propostas cobrem uma vasta gama de domínios bilaterais e multilaterais de cooperação, designadamente a segurança energética e a mobilidade das pessoas.

A estabilidade duradoura da nossa vizinhança terá de passar por um esforço contínuo da parte da UE, juntamente com a ONU, a OSCE, os EUA e a Rússia. As nossas relações com a Rússia deterioraram-se devido ao conflito com a Geórgia. A UE espera que a Rússia honre os seus compromissos de modo a restabelecer a confiança necessária. A nossa parceria deverá assentar no respeito por valores comuns, designadamente direitos humanos, democracia e Estado de direito, e princípios de economia de mercado, bem como em interesses e objectivos comuns.

Temos de desenvolver um esforço sustentado para fazer face aos conflitos no Cáucaso do Sul, na República da Moldávia e entre Israel e os Estados árabes. Também aqui será fundamental a plena cooperação com os EUA. Em qualquer dos casos, a obtenção de uma solução duradoura tem de passar pela colaboração entre todos os intervenientes regionais. Países como a Turquia, o Egipto, a Jordânia, a Arábia Saudita e o Qatar têm vindo a desempenhar um papel cada vez mais importante na região, mas tal não aconteceu com o Irão. A UE dispõe de uma oportunidade privilegiada de cooperação com a Turquia, nomeadamente através da Aliança das Civilizações.

C. Parcerias para um multilateralismo efectivo

A Estratégia exortou a Europa a contribuir para uma ordem multilateral mais efectiva em todo o mundo. Desde 2003 que temos vindo a intensificar as nossas parcerias na prossecução deste objectivo. Tanto neste, como noutros domínios, o parceiro-chave da Europa são os Estados Unidos. Em todos os casos em que colaborámos, constituímos – a UE e os EUA – uma extraordinária força em benefício do mundo.

As Nações Unidas ocupam a posição cimeira do sistema internacional. Tudo o que a UE tem feito no domínio da segurança tem estado associado aos objectivos da ONU. A UE desenvolve uma estreita colaboração nos grandes teatros de acção (Kosovo, Afeganistão, RDC, Sudão/Darfur, Chade, Somália, entre outros) e tem vindo a reforçar os laços institucionais, em conformidade com a declaração conjunta UE-ONU de 2007. Apoiamos todas as operações de manutenção da paz em curso (16 operações) sob a liderança das Nações Unidas.

A UE e a OTAN desenvolveram entre si uma boa colaboração no terreno, tanto nos Balcãs como no Afeganistão, embora não tenha havido avanço nas relações formais. Devemos fortalecer esta parceria estratégica para satisfazer os nossos interesses comuns em matéria de segurança, mediante uma melhor cooperação operacional, no pleno respeito pela autonomia decisória de cada organização, e um trabalho contínuo no domínio das capacidades militares. Desde 2003 que temos vindo a aprofundar as nossas relações com a OSCE, sobretudo na Geórgia e no Kosovo.

Ampliámos substancialmente o nosso relacionamento com a China. São estreitos e já antigos os elos que mantemos com o Canadá e com o Japão. A Rússia continua a ser um parceiro importante em questões de âmbito mundial. As nossas relações com a Índia podem avançar mais. Desde 2003, têm assumido cada vez mais relevância as relações com outros parceiros como o Brasil e a África do Sul e, na Europa, a Noruega e a Suíça.

A UE está a colaborar mais intimamente com organizações regionais, designadamente a União Africana. Graças à Estratégia Conjunta África-UE, apoiamos o reforço das capacidades africanas no domínio da gestão de crises, incluindo as forças regionais de alerta e o alerta rápido. Aprofundámos as relações com os nossos parceiros da Ásia Central graças à Estratégia aprovada em 2007, com um diálogo político reforçado e colaboração em matérias como a água, a energia, o Estado de direito e a segurança. Noutros pontos do globo, a UE tem desenvolvido o diálogo com a ASEAN sobre questões regionais como a Birmânia, com a SAARC e com a América Latina. A experiência da UE confere-lhe um papel específico de promotora da integração regional. Devemos apoiar aqueles que procurem seguir o nosso exemplo, de acordo com as suas próprias circunstâncias específicas.

O sistema internacional, criado no fim da Segunda Guerra Mundial, é hoje alvo de pressões em diversas frentes. A representação nas instituições internacionais tem vindo a ser contestada. Há que reforçar a legitimidade e a eficácia, bem como tornar mais eficiente o processo de decisão nas instâncias multilaterais, o que implica uma maior partilha das decisões e a criação de um maior espaço de intervenção para outros actores. Perante problemas comuns, não existe alternativa senão procurar soluções comuns.

As grandes prioridades são as alterações climáticas e a conclusão da Ronda de Doha na OMC. A UE está a conduzir as negociações com vista a um novo acordo internacional sobre o primeiro destes dois temas, e deverá mobilizar todos os seus recursos para alcançar um resultado ambicioso em Copenhaga, em 2009. Devemos prosseguir a reforma do sistema da ONU, iniciada em 2005, e manter o papel essencial do Conselho de Segurança e sua responsabilidade primária pela manutenção da paz e segurança internacionais. Importa – a par dos esforços da UE para, de um modo mais geral, reforçar a justiça internacional e os direitos humanos – conferir mais eficácia ao Tribunal Penal Internacional. Devemos adaptar o FMI e as outras instituições financeiras de modo a que reflectam as modernas realidades; transformar o G8; e prosseguir os nossos esforços colectivos para cumprir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Estas questões extravasam as fronteiras e afectam tanto as políticas adoptadas no plano interno como a política externa. São o testemunho de como, no século XXI, a soberania implica – mais do que nunca – a responsabilidade. No que diz respeito aos direitos humanos fundamentais, a UE deverá continuar a promover o entendimento alcançado na Cimeira Mundial da ONU, em 2005, de que temos a responsabilidade comum de proteger as populações do genocídio, dos crimes de guerra, dos actos de limpeza étnica e dos crimes contra a humanidade.

É fundamental que o público continue a apoiar o nosso empenhamento na cena mundial. Nas modernas democracias, em que os meios de comunicação social e a opinião pública condicionam incontornavelmente a acção política, o empenhamento popular é essencial para que possamos honrar os nossos compromissos no plano externo. Enviamos polícias, juristas e soldados para zonas instáveis no mundo inteiro. Cabe aos governos, aos parlamentos e às instituições da UE explicar de que modo isso contribui para a segurança interna.

Há cinco anos, a Estratégia propôs a visão da UE como uma força actuante em prol de um mundo mais justo, mais seguro e mais unido. Demos já grandes passos nesse sentido. Mas o mundo à nossa volta está a mudar muito rapidamente, com novas ameaças e um equilíbrio de forças em transformação. Para construir uma Europa segura num mundo melhor, temos que influenciar de forma mais activa a evolução dos acontecimentos. E devemos fazê-lo já.